

06/10/2009

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 748.414-0 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**
AGTE. (S) : COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO
PAULO - CODESP
ADV. (A/S) : BRUNO WIDER E OUTRO (A/S)
AGDO. (A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO. (A/S) : ANTÔNIO GRANJO
ADV. (A/S) : RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES E
OUTRO (A/S)

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTEMPESTIVIDADE.

O recurso extraordinário é intempestivo, porquanto interposto simultaneamente aos embargos de declaração, sem que se tenha notícia nos autos de sua posterior ratificação.

O entendimento desta Corte é no sentido de que o prazo para interposição de recurso se inicia com a publicação, no órgão oficial, do acórdão que julgou os embargos declaratórios, uma vez que interrompem o prazo para interposição do extraordinário.

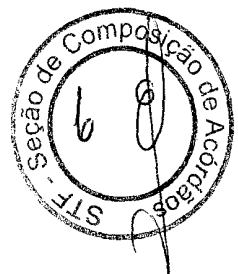
Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência da ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do relator.

Brasília, 6 de outubro de 2009.


JOAQUIM BARBOSA - Relator



06/10/2009

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 748.414-0 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**
AGTE. (S) : COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
ADV. (A/S) : BRUNO WIDER E OUTRO (A/S)
AGDO. (A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO. (A/S) : ANTÔNIO GRANJO
ADV. (A/S) : RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES E OUTRO (A/S)

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): É este o teor da decisão com que neguei seguimento ao agravo de instrumento (fls. 221):

"O agravante interpôs recurso extraordinário (10.08.2007) antes do julgamento dos embargos de declaração (12.11.2007), sem que se tenha notícia nos autos de posterior ratificação do recurso.

Sendo o acórdão proferido em sede de embargos de declaração parte integrante do acórdão recorrido, somente a partir de sua publicação começa a fluir o prazo recursal. Esta Corte tem entendimento pacificado no sentido de que a interposição do recurso extraordinário só é cabível após a publicação, no Diário da Justiça, do aresto contra o qual se recorre, tendo em vista ser imprescindível o conhecimento dos fundamentos adotados pelo órgão julgador para que se possa impugná-los.

Em sentido semelhante, confira-se, v.g., RE 407.812-AgR (rel. Min. Cezar Peluso, DJ de 16.09.2005), AI 541.681-ED (rel. min. Carlos Velloso, DJ de 23.09.2005), RE 198.131-AgR (rel. min. Ellen Gracie, DJ de 18.11.2005) RE 255.679-AgR (rel. min. Carlos Britto, DJ de 11.02.2005).

Do exposto, nego seguimento ao agravo."

AI 748.414-AgR / SP

Alega a parte agravante que, como os embargos de declaração interpostos foram rejeitados, o acórdão recorrido restou intacto, o que possibilita a ausência de ratificação do recurso extraordinário. Por essa razão, entende que o recurso merece seguimento.

É o relatório.

AI 748.414-AgR / SP

V O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): Sem razão a parte agravante.

O recurso extraordinário é intempestivo, porquanto interposto simultaneamente aos embargos de declaração, sem que se tenha notícia nos autos de sua posterior ratificação.

Prevalece nesta Corte o entendimento de que o prazo para interposição de recurso se inicia com a publicação, no órgão oficial, do acórdão que julgou os embargos de declaração, uma vez que interrompem o prazo para a interposição do recurso extraordinário. Confira-se, a esse respeito, o julgamento do AI 669.214-AgR (rel. min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ de 30.11.2007), cuja ementa transcrevo:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO QUE JULGOU OS EMBARGOS. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO.

O Supremo possui orientação pacífica no sentido de ser extemporâneo o recurso extraordinário protocolado antes da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração, sem posterior ratificação.

Agravo regimental a que se nega provimento."

Ainda, nesse sentido, confira-se: AI 496.606-AgR; AI 408.910-AgR, rel. min. Ellen Gracie, DJ 10.10.2003; AI 375.124-AgR-ED, rel. min. Celso de Mello, DJ 28.06.2002, e AI 454.037-AgR-AgR, rel. min. Carlos Velloso, DJ 27.02.2004).

AI 748.414-AgR / SP

Do exposto, nego provimento ao presente agravo.

A handwritten signature in black ink, appearing to be the name 'NOR', written in a cursive style.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 748.414

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

AGTE.(S): COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

ADV.(A/S): BRUNO WIDER E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

AGDO.(A/S): ANTÔNIO GRANJO

ADV.(A/S): RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, à unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Cezar Peluso e Eros Grau. **2ª Turma**, 06.10.2009.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Eros Grau.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador